



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2017.03.20.01

A Comissão de Licitação do Município de Baturité/CE, consoante autorização do(s) ordenador (es) de despesa(s), vem abrir o presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO que visa a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ- CE.** para atendimento da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do município de Baturité/CE.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação tem fundamento junto ao artigo 24, inciso IV e o artigo 26 e seu parágrafo único ambos da Lei nº 8.666/93, que trata dos casos de emergência e calamidade pública decretado através do Decreto nº 002/2017 do Exmº Sr. Prefeito Municipal de Baturité/CE, publicado em 02/01/2017.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A dispensa de licitação, no caso em questão, é proveniente do fato do estado de emergência administrativa e financeira que vive o município de Baturité/CE, em virtude das diversas mudanças ocorridas na gestão municipal 2013/2016, que acarretaram a instabilidade, desorganização e desestruturação da administração pública municipal.

A presente contratação justifica-se na necessidade de atendimento das demandas administrativas da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do município de Baturité/CE, com relação a prestação de serviços de gráficos, em caráter emergencial, para suprir as demandas da secretaria sob pena de impedimento de registros e publicações de informações nas áreas relacionadas, em cumprimento as legislações cabíveis, e a manutenção das atividades da administração objetivando a consecução do interesse público.

Outro ponto a ser observado, é a expedição do Decreto nº 002/2017 do Exmº Sr. Prefeito Municipal, publicado em 02/01/2017, que decretou estado de emergência administrativa e financeira junto ao município de Baturité, justificando assim a contratação direta, na forma de dispensa de licitação.

Dessa forma, com esteio nos preceitos legais acima apontados, a administração municipal lança mão de prerrogativa conferida por lei, para suprir, de imediato, a demanda mínima, essencial e urgente detectada pela(s) Secretaria(s) competente(s), visando, sobretudo, o interesse público e especialmente, no caso em análise, a questão de saúde pública.

Sobre a temática do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, o administrativista Marçal Justen Filho tece os seguintes comentários:

"No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao